ATO Nº 57

Adota medidas fiscalizadoras para assegurar a efetiva participação do profissional habilitado na prescrição de Receitas Agronômicas.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 34 da Lei Federal 5.194 de 24 de dezembro de 1966;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei Federal 7.802 de 11 de julho de 1989;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 29 e 51 do Decreto Federal 98.816 de 11 de janeiro de 1990;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º da Lei Estadual nº 4.002 de 05 de janeiro de 1984; e suas regulamentações;

CONSIDERANDO o disposto nas Resoluções 205 e 344 do CONFEA;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os procedimentos a serem adotados pela fiscalização do Receituário Agrônomo;

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

D E C I D E:

Artigo 1º. O profissional habilitado, Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal no âmbito de suas atribuições, deverá preencher a Receita corretamente, atendendo as recomendações técnicas e as disposições legais, anotando todos os itens estabelecidos no artigo 53 do Decreto Federal 98.816/90 e na legislação estadual (Leis 4.002 e 5.132) antes de assinar e anotar o número do seu Registro no Conselho.

Artigo 2º. Ao ser comunicado de infrações ao artigo anterior, serão tomadas as seguintes medidas pelo CREA-SP:

- a) Receita erra tecnicamente - deverá ser aberto um processo "SF" em nome do profissional, cujo assunto será "Apuração de Irregularidades na Prescrição de Receita (s) Agronômica" e deverá ser analisado pela Câmara Especializada de Agronomia e/ou Comissão de Ética Profissional.
- b) Receita incompleta ou assinada em branco e com data posterior à nota fiscal imediatamente após a constatação do fato, deverá ser suspensa a venda de blocos de Receituário ao profissional, bem como a entrega de ART. Abrir-se-á processo de "Apuração de irregularidades na prescrição de Receita (s) Agronômica" que deverá ser encaminhado ao Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia e/ou Comissão de Ética Profissional. Paralelamente, o profissional será enquadrado no regime de visto, podendo somente prescrever receitas, se as mesmas receitas forem impressas pelo CREA-SP e rubricado pelo Gerente da Inspeção ou Chefe da Seção de Fiscalização, após o despacho do Coordenador. O número de receitas que estes profissionais terão acesso, será definido pela Câmara Especializada de Agronomia.
- c) Receita emitida por profissional não habilitado legalmente - atuar com base na alínea "a" do artigo 6º da Lei 5.194/66.

Parágrafo Único, Artigo 2º - Além das punições específicas do CREA-SP, de acordo com as legislações vigentes Federais e Estaduais, a documentação poderá e/ou deverá ser encaminhada às autoridades competentes, Federais ou Estaduais.

Artigo 3º. Os comerciantes que efetuarem venda de agrotóxicos sem receita, serão autuados com base na alínea "a" do artigo 6º da Lei 5.194/66, considerando que estão recomendando o produto verbalmente e também autuados com base na Legislação Federal.

Parágrafo 1º. Nos estabelecimentos em que estão anotados Responsáveis Técnicos, estes serão chamados a prestar esclarecimentos sobre sua efetiva participação no controle do estoque ficando sujeitos ao enquadramento na alínea "c" do artigo 6º da Lei 5.194/66 sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no artigo 71 do Decreto Federal e código de ética profissional.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 30 de outubro de 1990.

Eng. João Abukater Neto
Presidente

Eng. Alarico Haikel Júnior
1º Secretário